

**Procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, para exercer funções no Gabinete de Apoio Laboratorial - Ciências da Computação**

**ATA 1**

Ao vigésimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas treze horas e trinta minutos, reuniu nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (CIÊNCIAS ULisboa) o júri, designado pela Subdiretora da CIÊNCIAS ULisboa, do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, para o Gabinete de Apoio Laboratorial - Ciências da Computação, autorizado por despacho da Senhora Subdiretora da CIÊNCIAS ULisboa, de 24 de julho de 2024.

O júri, constituído pelo Prof. Doutor Mário João Barata Calha, que preside, pelo 1.º Vogal Efetivo, Prof. Doutor Alcides Miguel Cachulo Aguiar Fonseca, e pelo 2.º Vogal Efetivo, Anabela de Almeida Pereira, reuniu para elaborar o aviso de abertura (Anexo I), fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção a aplicar no procedimento concursal comum, a saber:

- a) Definição dos requisitos gerais, específicos e preferenciais para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências.
- b) Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (de ora em diante designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, aplicável por remissão do n.º 5 do artigo 56.º do mesmo diploma legal, o júri deliberou aplicar um único método de seleção obrigatório, a saber, o da Avaliação curricular (AC), com a ponderação de 70%.

A avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a saber:

- a) A habilitação académica ou nível de qualificação (HA);
- b) A formação profissional (FP);
- c) A experiência profissional (EP);
- d) Avaliação do desempenho (AD).

Cada fator tem a pontuação máxima de 20 valores.

A Avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples dos elementos a avaliar.

**Habilitação académica ou nível de qualificação (HA)** - Neste parâmetro será apreciada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico, da seguinte forma:

Habilitações académicas	Pontuação
Nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do ponto 48 Informática da área 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF - média de 10-12 valores	10 valores
Nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do ponto 48 Informática da área 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF - média de 13-15 valores	14 valores
Nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do ponto 48 Informática da área 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF - média 16 valores ou superior	16 valores
Licenciatura ou superior	20 valores

**Formação profissional (FP)** - Neste parâmetro será ponderada a participação em Cursos, Seminários, Estágios, Simpósios, Congressos, Conferências, Colóquios, Palestras e outras ações de formação e aperfeiçoamento profissional, frequentadas pelo candidato, relacionadas com as áreas de atuação do lugar posto a concurso, realizada nos últimos 5 (cinco) anos, não deixando, porém, de valorizar os candidatos que obtiveram formação, em áreas diversas quando aplicáveis.

Este item será valorado até um máximo de 20 (vinte) valores, sendo a valorização atribuída por cada frequência, de acordo com o seguinte:

Tipo de formação (em função do lugar a prover e considerando o período de tempo de 5 anos)	Duração da formação		
	<= 12 horas	> 12 horas e <= 30 horas	> 30 horas
Com interesse específico	1 valor	4 valores	6 valores
Com interesse complementar	0,5 valores	2 valores	3 valores

- Serão consideradas ações “com interesse específico”, as relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso.
- Serão consideradas ações “com interesse complementar”, as que não incidam diretamente sobre as matérias referidas no parágrafo anterior, mas que com elas se relacionem.
- Se a duração das ações for indicada em dias, será feita a conversão na proporção de seis horas por um dia completo.
- Na falta de indicação da duração, será atribuída a pontuação relativa às ações de formação iguais ou inferiores a 12 horas.
- Se a pontuação máxima (20 pontos) for alcançada, pela formação de interesse específico, não será pontuado o item “com interesse complementar”.

Neste parâmetro apenas serão considerados os cursos de formação na área de atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal, que se encontrem devidamente certificados e comprovados no processo de candidatura submetido e cuja atualidade seja considerada (últimos 5 anos).

**Experiência profissional (EP)** - Será avaliado o exercício das funções que se considera contribuírem especialmente para a experiência profissional no exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso e o grau de complexidade das mesmas, de acordo com as seguintes valorações:

	Com experiência
Experiência profissional inferior a 3 anos	10 valores
Experiência profissional entre 3 e 5 anos	15 valores
Experiência profissional por mais de 5 anos	20 valores

A experiência profissional na área de atuação é valorizada pelas atividades desenvolvidas de acordo a experiência profissional comprovada em:

- Administração e segurança de sistemas informáticos Linux e Windows;
- Criação de scripts em bash, python e powershell;
- Gestão de containers e virtualização KVM e Proxmox;
- Configuração e gestão de bases de dados MySQL, PostgreSQL e Mongo;
- Configuração e gestão de servidores web Apache e NGINX, bem como sistemas de gestão de conteúdos como Wordpress;
- Instalação automatizada, em escala, de sistemas operativos e software usando servidores de distribuição de imagens como o FOG e ferramentas de automação como o Ansible, o Terraform e o Packer;

- Gestão e segurança de redes de computadores, nomeadamente TCP/IP, equipamentos routing/switching, firewalls pfsense e iptables;
- Configuração e gestão de sistemas de monitorização como o Nagios;
- Configuração e gestão de sistemas de gestão de eventos e incidentes de segurança (SIEM) baseados em ELK ou Splunk.
- Gestão de infraestruturas e serviços informáticos para suporte a atividades de docência e de investigação em ambiente académico.

**Avaliação do desempenho (AD)** - Neste parâmetro será considerada a avaliação final do desempenho do candidato obtida na sua instituição, referente aos dois últimos biénios, de acordo com as seguintes valorações:

Desempenho excelente	20 valores
Desempenho relevante	16 valores
Desempenho adequado	12 valores
Desempenho inadequado	0 valores
Sem avaliação de desempenho	10 valores

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 36.º do Anexo à LTFP, conjugado com o n.º 2 do mesmo artigo da referida lei, o júri deliberou ainda aplicar o método de seleção facultativo ou complementar, Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), com a ponderação de 30%.

A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

A Entrevista de Avaliação de Competências é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo o resultado final obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar, sendo ponderados os seguintes fatores:

- 1) Realização e Orientação para Resultados;
- 2) Organização e Método de Trabalho;
- 3) Adaptação e Melhoria Contínua;

- 4) Trabalho em Equipa e Cooperação;
- 5) Iniciativa e Autonomia;
- 6) Responsabilidade e Compromisso com o Serviço.

**1. Definição dos requisitos gerais, específicos e preferenciais para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências:**

Os requisitos gerais de admissão a aplicar são os definidos no artigo 17.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (de ora em diante designada por LTFP).

No que se refere à definição de requisitos específicos e preferenciais para o posto de trabalho, o júri deliberou por unanimidade:

**1.1 Requisitos específicos (obrigatórios):**

Titularidade de um Curso de Nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do ponto 48 Informática da área 4 da CNAEF, nomeadamente: 480 Informática, 481 Ciências informáticas, 482 Informática na ótica do utilizador, ou 489 Informática - programas não classificados noutra área de formação. No caso da habilitação ter sido obtida numa instituição estrangeira, a mesma deve ter concessão de equivalência requerida a uma instituição portuguesa.

**1.2 Requisitos preferenciais:**

São requisitos preferenciais, a formação profissional específica e experiência em:

- Administração e segurança de sistemas informáticos Linux e Windows;
- Criação de scripts em bash, python e powershell;
- Gestão de containers e virtualização KVM e Proxmox;
- Configuração e gestão de bases de dados MySQL, PostgreSQL e Mongo;
- Configuração e gestão de servidores web Apache e NGINX, bem como sistemas de gestão de conteúdos como Wordpress;
- Instalação automatizada, em escala, de sistemas operativos e software usando servidores de distribuição de imagens como o FOG e ferramentas de automação como o Ansible, o Terraform e o Packer;
- Gestão e segurança de redes de computadores, nomeadamente TCP/IP, equipamentos routing/switching, firewalls pfSense e iptables;
- Configuração e gestão de sistemas de monitorização como o Nagios;
- Configuração e gestão de sistemas de gestão de eventos e incidentes de segurança (SIEM) baseados em ELK ou Splunk.
- Gestão de infraestruturas e serviços informáticos para suporte a atividades de docência e de investigação em ambiente académico;
- Instituições de Ensino Superior.

É também valorizado o conhecimento de:

- Língua inglesa, falada e escrita.

As grelhas para realização da Entrevista de Avaliação de Competências (Anexo II) e da Avaliação Curricular (Anexo III) encontram-se em anexo à presente ata, da qual fazem parte integrante.

### **Sistema de classificação final**

**3.1** A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação nos métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme n.º 1 do artigo 23.º da Portaria.

**3.2** A classificação obtida em cada método tem carácter eliminatório, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores ou não compareçam ao método de seleção Entrevista de Avaliação de Competências.

**3.3** A classificação final (CF) do procedimento concursal comum será obtida numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 70\% \cdot AC + 30\% \cdot EAC$$

**3.4** Em situações de igualdade de valoração têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem nas condições definidas no n.º 1 do artigo 24.º da Portaria.

**3.5** A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria.

Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião dada por encerrada e da mesma lavrada a seguinte ata, que, achada em conformidade, vai ser assinada por todos os presentes.

Júri

Presidente

1.º Vogal Efetivo

---

(Mário João Barata Calha)

---

(Alcides Miguel Cachulo Aguiar Fonseca)

2.º Vogal Efetivo

---

(Anabela de Almeida Pereira)